

O Tensionamento nas Relações entre a China e os Estados Unidos sob a Análise do Contencioso no Mar Meridional Chinês

Carlos Renato Lopes Ungaretti Filho¹
Enrique Polto Taborda²
João Henrique Salles Jung³
Julia Chaise⁴

RESUMO

Este artigo visa analisar o tensionamento nas relações entre a China e os Estados Unidos sob a égide do atual contencioso no Mar Meridional chinês. Os recorrentes episódios de conflito no Mar do Sul da China possuem importância vital para a leitura do sistema internacional atual. De um lado a China busca ampliar sua influência regional através da presença militar na região, de outro se observa os Estados Unidos em busca de uma contenção ao crescente poderio chinês e de um respectivo equilíbrio de poder com o gigante asiático. Em meio a isto, os países da ASEAN analisam a distribuição de poder envolvida no caso e buscam conter o avanço chinês na mesma medida em que não simpatizam com uma presença estadunidense mais enfática na região.

PALAVRAS-CHAVE: Política Externa da China; Política Externa dos Estados Unidos; Mar do Sul da China; Geopolítica.

¹ Estudante de graduação em Relações Internacionais pela ESPM-Sul e em História pela UFRGS. Membro do Grupo de Estudos Internacionais Contemporâneos (GEIC/ESPM-Sul). E-mail: renato.ungaretti94@gmail.com

² Estudante de graduação em Relações Internacionais pela ESPM-Sul e em Ciências Sociais pela UFRGS. Membro do Grupo de Estudos Internacionais Contemporâneos (GEIC/ESPM-Sul). E-mail: e.taborda710@gmail.com

³ Estudante de graduação em Relações Internacionais pela ESPM-Sul e em Ciências Sociais pela UFRGS. Membro do Grupo de Estudos Internacionais Contemporâneos (GEIC/ESPM-Sul), atualmente é o Editor-Chefe da Revista Novas Fronteiras, além de realizar monitoria de pesquisa no núcleo de Diplomacia da ESPM-Sul. Email: joajung@outlook.com

⁴ Estudante de graduação em Relações Internacionais pela ESPM-Sul e em Ciências Sociais pela UFRGS. Membro do Grupo de Estudos Internacionais Contemporâneos (GEIC/ESPM-Sul). E-mail: juliaeschaise@gmail.com

1.Introdução

O século XXI vem sendo marcado, no âmbito das Relações Internacionais, por uma transição sistêmica com um papel bastante fundamental e, mais do que isso, necessário em termos de distribuição de poder. Isso porque há um esgotamento na projeção dominante dos EUA como força hegemônica, ainda que se possa analisar a sua superioridade militar como um elemento considerável. Fiori acerca dessa conjuntura, assegura que “não se trata de uma “crise final” do poder americano, nem do apocalipse do sistema mundial. O que está acontecendo é que o projeto imperial dos Estados Unidos alcançou o seu limite” (FIORI, 2007, p. 87). Assim, é diante dessa perspectiva que o conflito do Mar do Sul da China deve ser analisado, como produto de um novo cenário em termos de estrutura sistêmica. Por isso, a emergência da Ásia Oriental é um efeito da decadência das forças estadunidenses, e, mais do que isso, uma forma de apropriação de espaços que, até então, não pertenciam a esses países.

Assim, é importante notar o avanço da China como um movimento de “ascensão pacífica”, que visa beneficiar tanto o seu entorno, quanto as relações com o exterior (PINTO, 2005). Esse modelo de desenvolvimento faz com que os chineses diferenciem-se, no sistema internacional, em termos de Política Externa, dos estadunidenses, que possuem um histórico de intervenções agressivas bastante conhecido. Nesse sentido, o intervencionismo chinês fora da Ásia é marcado por ter como base elementos diplomáticos e econômicos; no entanto, o expansionismo chinês, dentro da Ásia, é claramente hegemônico e competitivo, também do ponto de vista militar (FIORI, 2007). Há, portanto, de se considerar esses dois pontos paradoxais em uma análise que envolva tais forças.

O conflito do Mar do Sul da China configura-se como sendo, hoje, um ponto de disputa relevante entre dois atores que ocupam papéis centrais nas dinâmicas das relações internacionais, e, mais do que isso, que são grandes possuidores de recursos de poder: Estados Unidos e China. Portanto, esse é um conflito capaz de ilustrar os atuais padrões da dinâmica global de competição. Dessa forma, os interesses estadunidenses na região vão muito além de aspectos comerciais e exploração de recursos naturais (PINOTTI, 2015). Tal conflito ocorre diante de um contexto que é bastante explícito: o dinamismo asiático e o redirecionamento da política externa americana para o Pacífico (PINOTTI, 2015).

A intervenção norte-americana no Mar do Sul da China é confrontada pelas características regionais inerentes a esse processo, o que significa que a tal área é, fundamentalmente, espaço de projeção chinesa quando se considera a sua localização. Assim, a China enxerga a presença dos EUA como sendo mais um vetor, dentre tantos outros, de desequilíbrio regional (PINOTTI, 2015). No entanto, para os estadunidenses, há um cenário complexo, sobre o qual eles não têm controle. Assim, Bader et Al asseguram que:

O Mar do Sul da China apresenta, com dificuldade, aos Estados Unidos, um dilema de equilíbrio e de escolha entre interesses competitivos. Os Estados Unidos devem estar cientes e serem sensíveis a essas questões legítimas. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos devem tomar cuidado para não agravar, de maneira gratuita, a relação com a China ao se aliarem com outros envolvidos, considerando que cada parte está seguindo a sua própria estratégia, de modo a maximizar sua posição” (BADER, LIEBERTHAL, MCDEVITT, 2014, p. 7).

Logo, pode-se analisar a realidade do conflito como um fenômeno marcado por uma série de limitações no que diz respeito à atuação das duas forças abordadas nesse artigo, a dos Estados Unidos e a da China.

A presença norte-americana tem, também, para as forças regionais envolvidas, um papel dúbio, já que, ao mesmo tempo em que contrabalança o domínio hegemônico chinês, é vista como um vetor de intervenção externa problemático. Por isso, essas tensões que permeiam os diferentes interesses são essenciais na compreensão do tema. A partir de todas as considerações feitas acerca do conflito, o artigo será estruturado a partir de três itens (A Política Externa Chinesa e o Conflito no Mar do Sul da China; A Política Externa dos Estados Unidos para a China; o Choque de Interesses a partir da Disputa Territorial no Mar do Sul da China), além das Considerações Finais.

2. Política Externa Chinesa e o conflito no Mar do Sul da China

Dado os apontamentos iniciais a respeito das novas dinâmicas do sistema internacional – sobretudo a emergência da Ásia Oriental e o declínio da hegemonia estadunidense (ARRIGHI, 2008) -, é interessante que se delineie um panorama geral acerca da diplomacia chinesa e seus movimentos em meio a um cenário de tensões e conflitos no Mar do Sul da China. De maneira geral, busca-se compreender a projeção regional da China, de forma a observar que, a despeito de uma maior assertividade na defesa de interesses estratégicos, os posicionamentos da RPC acerca do conflito no Mar do Sul da China também representam uma reação às estratégias de balanceamento de poder estadunidense na Ásia-Pacífico⁵.

Em primeiro lugar, é consenso que a RPC atualmente desfruta de um *status* de potência econômica graças ao seu processo de reforma iniciado no final da década de 1970, tendo em vista que houve uma reversão das políticas da Revolução Cultural, retirando o país do isolamento diplomático e centralizando os esforços da política externa para o desenvolvimento econômico (BIJIAN, 2005). A política das Quatro Modernizações⁶ organizou as prioridades de modernização econômica e estabeleceu um programa de abertura para investimentos estrangeiros, sem abandonar o gradualismo e renunciando as “terapias de choque” do FMI e do Banco Mundial (ARRIGHI, 2008; VADELL, 2014). A partir de então, a China passou a se inserir nas instituições internacionais e a implantar uma diplomacia *low-profile*, que tinha como finalidade minimizar os atritos no plano externo de forma a contribuir uma inserção “pacífica” da China no sistema internacional.

O final dos anos 1980 representou um período turbulento para a RPC. Mas também se apresentou como um período de oportunidade. O final da Guerra Fria retirou a utilidade geopolítica da China, despertando questionamentos sobre o sistema político do país tanto das potências ocidentais quanto de segmentos da sociedade chinesa. Ao mesmo tempo em que o “incidente” na Praça da Paz Celestial (1989) deteriorou as relações entre a China e o Ocidente, significou um fator importante na reaproximação da China com os países da Ásia-Pacífico. Com exceção do Japão, nenhum outro país da

⁵Hillary Clinton, durante discurso em Honolulu (Havaí) para líderes da APEC em 2012, afirmou que “existem desafios a serem enfrentados agora na Ásia-Pacífico que demandam a liderança americana, desde assegurar a liberdade de navegação no Mar do Sul da China até conter as provocações norte-coreanas [...] Esse é o porque do pivô americano em direção a Ásia-Pacífico”. Disponível em: <<http://www.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2011/11/176999.htm>> Acesso em 07 de maio de 2016

⁶Nominalmente, as “Quatro Modernizações” dizem respeito à agricultura, indústria, defesa e ciência e tecnologia (KISSINGER, 2011)

região condenou a China publicamente. Na realidade, “enquanto o Ocidente estava fazendo o seu melhor para isolar a China, os Estados membros da ASEAN faziam uma campanha para engajar – e não isolar – a China” (SHAMBAUGH, 2011, p.96). Coincidentemente, a “queda dos muros asiáticos” (VISENTINI, 2014) permitiu que a China se incorporasse aos fluxos comerciais e financeiros na Ásia Oriental, tornando-se parte importante das novas dinâmicas econômicas que se desenvolviam desde a “revoada dos gansos” e a ascensão dos Tigres de primeira e segunda geração nos anos 1980 (VISENTINI, 2012). Outro evento que constitui um marco para a reaproximação da China na região é a crise financeira asiática (1997/8), pois a decisão de não desvalorizar o câmbio representou para a China a conquista de credibilidade com os países da ASEAN, significando também uma maior participação chinesa nas instituições regionais (SHAMBAUGH, 2011; PAUTASSO, 2011).

Na esfera das instituições regionais, sublinha-se que no início da década de 1990 houve o ingresso da China na APEC⁷ (1991) e, em 1997, ocorreu a formação da ASEAN+3 (China, Japão e Coreia do Sul). Ademais, destaca-se que nesse período houve a normalização das relações da China com Indonésia (1990), Cingapura (1990), Brunei (1991) e Vietnã (1991). No âmbito econômico, nota-se que o as relações comerciais entre a China e os países do Sudeste Asiático cresceram de US\$ 16,6 bilhões em 1980 para US\$ 175,69 em 1995 (ZHAO, 2004). Em síntese, a RPC manteve o padrão *low-profile* no transcorrer da década de 1990, tendo em vista que a aplicação de uma política de “boa-vizinha” (ZHAO, 2004) com as nações da “periferia” chinesa era fundamental na articulação de um ambiente regional favorável ao desenvolvimento econômico tanto regional quanto chinês.

O século XXI testemunhou uma progressiva projeção chinesa na região da Ásia-Pacífico. Assinada em 2002, a Área de Livre Comércio entre China e ASEAN⁸ passou a ter efeito em 2010, englobando 1,9 bilhão de pessoas, US\$ 6 trilhões na totalidade do PIB e um volume de comércio da ordem de US\$ 4,5 trilhões (DONG, 2015). Além disso, salienta-se a participação chinesa em diferentes instâncias governamentais que atuam sob o guarda-chuva da ASEAN, como a ARF⁹, EAS¹⁰ e ADMN-Plus¹¹. Neste sentido, Dong (2015, p.66) argumenta que a China se beneficiou das preocupações norte-americanas nas guerras do Iraque e Afeganistão para “cooptar” os países da ASEAN e engajar estes na intensificação da cooperação econômica regional. Com o transcorrer do século XXI, a relevância econômica da China e o alargamento de sua atuação nas instituições regionais passaram a refletir as tendências de uma abordagem assertiva, que veio a se afirmar na administração Xi Jinping sob a concepção de “sonho chinês”¹².

⁷Asia Pacific Economic Cooperation. Ver site: <<http://www.apec.org/>> Acesso em 06 de maio de 2016

⁸Framework Agreement on Comprehensive Economic Cooperation between the Association of South East Asia Nations and the People's Republic of China. Ver site: <<http://www.asean.org/storage/images/2013/economic/afta/ACFTA/62002%20%20Framework%20Agreement%20on%20Comprehensive%20Economic%20Cooperation%20between%20ASEAN%20and%20China.pdf>> Acesso em 06 de maio de 2016

⁹Asean Regional Forum. Ver site: <<http://aseanregionalforum.asean.org/>> Acesso em 07 de maio de 2016

¹⁰East Asia Summit. Ver site: <<http://www.asean.org/asean/external-relations/east-asia-summit-eas/>> Acesso em 06 de maio de 2016

¹¹ASEAN Defence Minister Meeting- Plus. Ver site: <<https://admm.asean.org/index.php/about-admm/about-admm-plus.html>> Acesso em 07 de maio de 2016

¹²O “sonho chinês” geralmente está relacionado às intenções de “renascimento” da China como “grande nação”. Ver site: <<http://www.xinhuanet.com/english/special/chinesedream/>> Acesso em 07 de maio de 2016

Sob a perspectiva chinesa, a crise financeira internacional e as “contradições do regime de crescimento chinês” (CINTRA e PINTO, 2015) ilustraram o imperativo de acompanhar o dinamismo econômico da Ásia Oriental e, mais importante, coordenar novos espaços de cooperação econômica (JIEMIAN, 2015). Todavia, tal constatação não elimina as desavenças na esfera de segurança entre a China e os países localizados ao seu entorno. Shambaugh (2011) observa que estas relações são marcadas por uma “mistura de interdependência econômica, atritos e suspeições”, simbolizando o “paradigma asiático” (LEE et al, 2015). Em outras palavras, apesar de uma projeção geoeconômica proativa – materializada na criação do Fundo da Rota da Seda¹³ e do AIIB¹⁴ –, existem conflitos que enfraquecem a cooperação política entre a China e países como Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Vietnã e Filipinas. Por sua vez, as disputas marítimas vêm sendo exploradas pelos EUA de modo a conter a ascensão regional da China, utilizando evidências da assertividade e “agressividade” chinesas – como quando fora estabelecido uma ADIZ¹⁵ no Mar Oriental da China em 2013 – para denunciar as ações chinesas no âmbito regional.

O Mar do Sul da China atualmente configura o conflito mais relevante e complexo para a China e as partes reclamantes, tendo o cenário dos contenciosos territoriais expandido para uma amostra de elementos relativos à competitividade e rivalidade sino-americana (GLASER, 2012). Dado o crescente engajamento político-diplomático da RPC na Ásia – sobretudo através de iniciativas como a estratégia “*One Belt, One Road*”¹⁶ – se supõe que o país busca reafirmar suas reivindicações no âmbito das disputas no Mar do Sul da China, rejeitando qualquer tipo de interferência externa¹⁷, estimulando a adoção do *New Asian Security Concept*¹⁸ (NASC) como forma de mediar as disputas e, ainda, questionando os critérios dos defensores do *status quo* na região (CHUBB, 2015). Entende-se que esta postura não conforma em uma nova “doutrina Monroe”¹⁹, mas sim uma reação às políticas de balanceamento de poder norte-americano na Ásia-Pacífico, considerando que estas recentemente buscam enfatizar conflitos envolvendo as nações da região (SHULONG, 2014).

É válido recordar que países aliados dos EUA na região ainda demandam a sua presença na Bacia do Pacífico, implicado em desafios adicionais para a China deslocar atores externos das discussões e negociações. Outro fator desafiante a resolução pacífica das disputas diz respeito aos importantes recursos econômicos nos arquipélagos disputados. Em síntese, assumindo que a estratégia chinesa para a região da Ásia Oriental tem como objetivo aumentar a margem de manobra na sua atuação externa (DONG, 2015), argumenta-se que no caso do Mar do Sul da China o país busca

¹³ *Silk Road Fund*. O Fundo disponibilizará US\$40 bilhões para realização de obras de infraestrutura relativas à (re) construção da Rota da Seda. Ver site: <<http://www.reuters.com/article/us-china-diplomacy-idUSKBN0IS0BQ20141108>> Acesso em 07 de maio de 2016

¹⁴ *Asian Infrastructure Investments Bank*. Apenas a RPC comprometeu US\$ 50 bilhões para investimentos. Ver site: <<http://euweb.aiib.org/>> Acesso em 08 de maio de 2016

¹⁵ *Air Defence Identification Zone*. Ver site: <<http://nationalinterest.org/feature/chinas-east-china-sea-adiz-gamble-past-present-south-china-13150>> Acesso em 08 de maio de 2016

¹⁶ *Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road*. Ver site: http://en.ndrc.gov.cn/newsrelease/201503/t20150330_669367.html

¹⁷ A China protestou contra as considerações realizadas pelo G-7. Ver site: <<http://thediplomat.com/2016/04/china-protests-as-g7-ministers-express-concern-regarding-east-south-china-seas/>> Acesso em 08 de maio de 2016

¹⁸ Ver site: <<http://thediplomat.com/2014/05/at-cica-xi-calls-for-new-regional-security-architecture/>> Acesso em 06 de maio de 2016

¹⁹ Ver site: <http://www.nytimes.com/2014/05/09/opinion/cohen-chinas-monroe-doctrine.html?_r=0> Acesso em 08 de maio de 2016

defender os seus interesses estratégicos, como explorar os potenciais econômicos, manter a presença militar e garantir a segurança das rotas de transporte e comércio. Em relação às reivindicações territoriais, a RPC reconhece a validade do acordo que define as normas de conduta no Mar do Sul China, firmado entre o país e a ASEAN em 2002²⁰.

Em suma, a RPC continua rechaçando as alianças militares estabelecidas sob a lógica de “soma-zero” típicas da Guerra Fria, buscando utilizar as relações bilaterais e instituições regionais para lidar com as disputas no Mar do Sul da China. Igualmente importante, a RPC prossegue expandindo sua capacidade naval e militar na região, ao passo que os exercícios militares praticados conjuntamente pelos EUA e países aliados também vem crescendo com frequência. Ademais, a RPC continua a questionar os discursos com base na defesa do *status quo*, tendo em vista a complexidade em torno da definição deste conceito para a situação no Mar do Sul da China, assim como a inconsistência dos critérios estabelecidos para determinar quais ações caracterizam uma alteração na ordem estabelecida (CHUBB, 2015). Nesta perspectiva, a China tenta denunciar a “hipocrisia” de determinadas alegações por parte dos EUA e aliados, apesar de que é bem verdade que houve episódios de arbitrariedade praticados pela China, como em Scarborough Shoal²¹ (2012). De outro lado, os EUA vêm buscando explorar os conflitos no Mar do Sul da China de forma a reafirmar seu importante papel como pivô na Ásia-Pacífico, denunciando as ações classificadas como desafiantes à ordem estabelecida e reivindicando a livre-navegação com base na UNCLS²². De maneira geral, se acredita na continuidade das posições chinesas em relação ao conflito, dada a relevância geopolítica da região, seus recursos econômicos e, ainda, as suas intrínsecas relações com a segurança e soberania nacionais.

2. A Política Externa dos Estados Unidos para a China

Apesar de atualmente ser defendida a tese sobre uma potencial queda no poderio dos Estados Unidos (TODD, 2003; WALLERSTEIN, 2004; BANDEIRA, 2014) o país ainda se mantém como uma das maiores – se não a maior – potência militar, econômica e política do globo. A política externa dos Estados Unidos deve ser compreendida, inicialmente, sob o aspecto ideológico de sua sociedade. Com a sua abençoada origem, debruçada na combinação da colonização livre de resquícios feudais oriundos do Velho Mundo e de um território continental agraciado com dois oceanos, os Estados Unidos possuía a receita perfeita para implementar um modelo de capitalismo puro e alcançar níveis de crescimento jamais vistos na história (ANDERSON, 2015). Destes fatores derivou um ideário que é condição *sine qua non* na compreensão do país desde seus primórdios até a atualidade: os Estados Unidos é fruto de um privilégio divino e cabe a esta terra, local de eterna liberdade, expandir seus valores pelo mundo como um guardião. Esta é a premissa do Destino Manifesto²³.

²⁰ Declaration on the conduct of parties in the South China Sea (2002). Ver site: <<http://cil.nus.edu.sg/rp/pdf/2002%20Declaration%20on%20the%20Conduct%20of%20Parties%20in%20the%20South%20China%20Sea-pdf.pdf>> Acesso em 06 de maio de 2016

²¹ United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLS). Ver site: <http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf> Acesso em 08 de maio de 2016

²² Ver site: <<http://nationalinterest.org/blog/the-buzz/scarborough-shoal-the-next-us-china-showdown-the-south-china-15738>>. Acesso 08 de maio de 2016

²³ O Destino Manifesto é uma das premissas mais importantes na concepção de o que é os Estados Unidos. Consiste em uma espécie de filosofia que defende a hipótese de o país ter que carregar o “pesado fardo”

Segundo Perry Anderson (2015, p.13), o nacionalismo estadunidense que vigorava desde a independência do país foi, aos poucos, se transformando em um sentimento imperialista e expansionista, baseado nas premissas supracitadas e caracterizado por uma *complexiooppositorum*²⁴ entre o excepcionalismo e o universalismo. O excepcionalismo é marcado pela construção *sui generis* dos Estados Unidos como um país destinado a exercer a hegemonia, enquanto o universalismo se dá no seu intento em transmitir seus valores e concepções para o mundo – característica esta presente em todos os impérios conhecidos até então.

As características supracitadas, em conjunto com a Doutrina Monroe²⁵ e o *Big Stick*, delinearão o imperialismo exercido pelos Estados Unidos no hemisfério Americano. Este período de “isolacionismo” estadunidense se modificaria com a adesão do país na primeira guerra mundial em 1917. Com o fim da guerra, a vitória da Tríplice Entente e a destruição da Europa, os Estados Unidos ascendiam a uma posição ímpar. O presidente Woodrow Wilson, através dos Catorze Pontos que inspiraram a criação da Liga das Nações, tentou estabelecer princípios de uma suposta *paz perpétua* sob os auspícios dos Estados Unidos (ANDERSON, 2015).

Após um período de grande ascensão – apesar das crises econômicas como a de 1929 - e da sua consolidação como potência mundial, os Estados Unidos são um país que apesar de ser defendido como potência unipolar com o fim da Guerra Fria e responsável pela universalização da democracia liberal (FUKUYAMA, 1993), passa pelo paradoxo de ser colocada como uma nação em declínio desde a desastrosa guerra do Vietnã (1955-1975) (WALLERSTEIN, 2004).

No século XXI deve-se levar em consideração que o ataque ao World Trade Center, em 11 de setembro de 2001, causou forte inflexão na política externa estadunidense, e que, a partir daí, uma estrutura de expansionismo baseada na *waronterrorism*²⁶ seria executada através daquilo que ficou conhecido como Doutrina Bush. Por ironia, a China se solidarizou com os Estados Unidos e apoiou, inicialmente, os planos de combate global ao terror que posteriormente iriam ter efeitos na província de Xinjiang²⁷ (BANDEIRA, 2014, p.121). O 11 de setembro, e a respectiva guerra ao terror, estabeleceram uma retórica de legitimação a qualquer tipo de intervenção externa que os Estados Unidos pretendessem fazer, por mais controversa ou vetada pela ONU que pudesse ser, o expansionismo estadunidense estava atuando em máxima potência (TODD, 2003). O período do republicano George W. Bush foi marcado por relações unilaterais, intervencionistas e que agrediram o direito internacional e as regras convencionadas pela sociedade internacional. A invasão ao Iraque sem o apoio da

de universalizar seus princípios e valores. Desde o século XIX serve como justificativa para o expansionismo estadunidense.

²⁴ União de opostos. Em latim no original.

²⁵ Marcada pela famosa frase “A América para os americanos”, a Doutrina Monroe consistiu em uma isolação do hemisfério Americano em relação ao resto do mundo. São possíveis duas interpretações: acreditar que a doutrina serviu como uma importante retórica anti-colonização e que trouxe independência às Américas; ou pensar que a intenção de James Monroe, quinto presidente dos Estados Unidos, era de expandir o território estadunidense e submeter os outros países a seu poder imperial.

²⁶ Guerra ao Terrorismo. Tradução nossa.

²⁷ Documentos comprovam que o levante ocorrido em 2009 na conturbada província de Xinjiang teve apoio americano – através da Uighur American Association, e da National Endowment for Democracy (NED) – e turco – com o World Uyghur Youth Congress (WUYC) (MONIZ BANDEIRA, 2014). O primeiro-ministro turco Erdogan também apoiou publicamente o levante ocorrido em Xinjiang denunciando a China de cometer genocídio na região (MONIZ BANDEIRA, 2014). O interesse dos Estados Unidos era na desestabilização chinesa, enquanto o da Turquia era na população Uigure, que habita a região e possui origem turca.

ONU, o financiamento – direto e indireto – a organizações criminosas que defendiam os interesses estadunidenses no Oriente Médio e arredores (BANDEIRA, 2014) e a crença nos Estados Unidos como a única potência global (ANDERSON, 2015) fizeram o governo Bush filho um dos mais sanguinários da história dos Estados Unidos.

Desde os discursos da corrida eleitoral, Barack Obama mostrou uma disposição política diferente do seu antecessor. Os Estados Unidos passaram por um forte desgasto político e econômico entre o início do século XXI e a posse de Obama como presidente, em 2009. A concentração de renda cresceu em larga escala, enquanto o número de desempregados chegou a 48 milhões de habitantes em 2010 (BANDEIRA, 2014, p.177). Os custos da guerra no Iraque ultrapassaram a barreira dos US\$ 800 bilhões, enquanto o pacote para salvar o sistema financeiro da crise de 2008 chegou a US\$ 700 bilhões (BANDEIRA, 2014, p.178). Com esta herança maldita, Obama apostou em um discurso mais multilateral, reconhecendo a consolidação e a emergência de outros países e blocos como potências globais e a necessidade de diálogo entre elas.

A Doutrina Obama é conhecida, no plano retórico, por tentar construir uma cooperação interdependente com as outras potências e centros de influência, visando, assim, a constituição de uma pretensa estabilidade política e um desejado crescimento econômico (WHITE HOUSE, 2010). Como explicitado na Estratégia de Segurança Nacional (NSS) de 2010 – e em outros documentos e discursos também – a Ásia, com ênfase na China, se torna o componente central da política externa estadunidense, em um misto de cooperação e contenção. É importante o reconhecimento de Obama da relevância da China no sistema internacional, como ocorre no documento (WHITE HOUSE, 2010, p. 43):

We welcome a China that take son a responsible leadership role in working with the United States and the international community to advance priorities like economic recovery, confronting climate change, and non proliferation [...] We will not agree one very issue, and we will be candid on our human rights concerns and areas where we differ. But disagreements should not prevent cooperation on issues of mutual interest, because a pragmatic and effective relationship between the United States and China is essential to address the major challenges of the 21st century²⁸.

O argumento presente na NSS de a Ásia ser o elemento central da política externa estadunidense pós-Bush pode ser corroborado com os muitos discursos da primeira Secretária de Estado do governo Obama, Hillary Clinton. Apesar de ter momentaneamente voltado sua atenção para o conflito na Ucrânia em 2014 e o respectivo tensionamento com a Rússia, Clinton na maioria das ocasiões centrou seus discursos na região da Ásia-Pacífico, conforme o seguinte trecho referente a uma prévia da Reunião de Cúpula dos países da APEC²⁹ em 2011 (REUTERS, 2011)³⁰: “Está se tornando cada vez mais claro que, no século 21, o centro gravitacional estratégico e econômico será na Ásia-Pacífico, do subcontinente indiano à costa oeste das Américas”.

²⁸Nós reconhecemos a China como um dos líderes globais responsáveis para trabalhar junto com os Estados Unidos e com a comunidade internacional em assuntos prioritários como recuperação econômica, mudança climática e não-proliferação nuclear [...] nós não iremos concordar em todos os assuntos e continuaremos a ser rigorosos na nossa compreensão de direitos humanos e em outras áreas em que somos diferentes. Mas discordâncias não devem impedir a cooperação em assuntos de interesse mútuo, porque um relacionamento pragmático e efetivo entre os Estados Unidos e a China é essencial para se alcançar os principais desafios do Século XXI. (tradução nossa).

²⁹Cooperação Econômica Ásia-Pacífico. A organização possui 21 Estados-membros, entre eles Estados Unidos e China.

³⁰Disponível em <<http://br.reuters.com/article/topNews/idBRSPE7AA02I20111111>>.

Desta forma, a grande discussão aqui ultrapassa a questão sobre a importância da China para a política externa estadunidense, que pode ser facilmente aquiescida. A indagação central se torna a maneira como os Estados Unidos se relacionam com o Império do meio neste misto de cooperação e contenção (conflito). A ideia do Destino Manifesto, já aludida neste trabalho, ainda se mantém presente no discurso oficial dos Estados Unidos, conforme segue outro texto do mesmo discurso supracitado (REUTERS, 2011):

Há desafios sendo enfrentados pela Ásia-Pacífico neste momento que pedem a liderança dos Estados Unidos, desde garantir a liberdade de navegação no Mar do Sul da China até contrapor as provocações e as atividades de proliferação da Coreia do Norte para promover o crescimento econômico equilibrado e inclusivo.

Percebe-se a citação do conflito do Mar do Sul da China, este que já encontra embarcações estadunidenses em seus leitos de navegação. A presença mais tangível dos Estados Unidos na região da Ásia-Pacífico é vislumbrada na recente Parceria Transpacífico (TPP), de outubro de 2015. Com claras intenções de equilibrar a presença da China na região e de estabelecer alternativas à Organização para Cooperação de Xangai (OCX) e ao AIIB, o TPP surge como forma de contenção da expansão econômica e política da China. As intenções dos Estados Unidos de se fazer presente na região tende a aumentar, sendo os países da ASEAN, e a Associação em si, um dos maiores intermediadores nas tentativas dos Estados Unidos neutralizarem a expansão chinesa. Como diria Hillary Clinton (REUTERS, 2011): “Este será o século da América no Pacífico.”

3. O choque de interesses a partir das disputas territoriais no Mar do Sul da China

As disputas territoriais no Mar do Sul da China, conforme visto, têm sido um importante – senão o maior – objeto de conflito na região. Tais disputas são o resultado de reivindicações de parcelas superpostas de território marítimo por parte de, por um lado, Vietnam, Filipinas, Malásia e Brunei³¹ e, por outro, da China. A área disputada, localizada nas águas ao sul e sudeste da costa chinesa, entre esta e os países do sudeste asiático, possui, em primeiro lugar, um imenso potencial em termos de recursos energéticos. Segundo, a região constitui uma das mais ricas áreas pesqueiras do mundo, devido à abundância de espécies ali existente graças aos recifes de coral e à biodiversidade marinha que sustentam (KOSANDI, 2014, p. 5). Ademais, é um importante centro geoeconômico, sendo transitada anualmente por aproximadamente 70.000 navios carregando cerca de um terço do comércio mundial (SCHOFIELD; STOREY, 2009). Os fatores geoestratégicos por trás dessas disputas ilustram os motivos para a dificuldade de chegar a eventuais resoluções.

Ainda, a natureza legal de tais reivindicações é um fator controverso; argumentos de cunho jurídico, baseado na norma relativa às Zonas Econômicas Exclusivas de 200 milhas, misturam-se a reivindicações históricas de exercício de soberania sobre as ilhas presentes na região (DANG, 2014). Tendo contra si um processo aberto pelo governo filipino na Corte Internacional de Justiça, o governo da China se recusa a reconhecer qualquer legitimidade na jurisdição da Corte, mostrando-

³¹É importante ressaltar o fato destes quatro Estados serem membros da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), pois uma das principais implicações deste contencioso para o contexto político regional é o desafio posto à organização na administração das relações intra-ASEAN e entre os Estados-membros e o gigante vizinho, a China, desafio que, até o momento, vem falhando em superar (KOSANDI, 2014).

se decidido a manter suas pretensões intactas³², deixando em evidência seu crescente poderio político e militar.

Diante das falhas dos processos de resolução bilaterais, bem como dos multilaterais por intermédio da ASEAN, o que acontece, segundo Kosandi (2014), é uma transferência da questão, do campo institucional ao campo realista, ou das relações de poder lideradas pelas grandes potências – especificamente, China e EUA. Dessa forma, as relações internacionais regionais passariam a ser moldadas em grande parte por essa rivalidade, pois, na impossibilidade de atingir seus objetivos pelas vias institucionais, restaria aos países da ASEAN (especialmente os envolvidos nas disputas territoriais) procurarem atingi-los mediante a barganha entre as duas potências (KOSANDI, 2014).

É nesse movimento que os EUA entram em jogo, procurando conter o avanço chinês e manter uma posição firme diante de seus aliados da ASEAN (GLASER, 2014). Diante da percepção de que as crescentes tensões no Mar do Sul da China constituem uma ameaça “a seus esforços para preservar a paz e a estabilidade na região e assegurar que a China ascenda pacificamente, no marco de um sistema baseado em regras” (GLASER, 2014, p. 53), a administração Obama passou a buscar uma estratégia multifacetada com o objetivo dissuadir o uso da força e persuadir o governo chinês a adotar uma política “menos confrontacionista” para com os aliados estadunidenses do Sudeste Asiático. Tal estratégia incluía, entre outras características: acentuar a ofensiva retórica contra a China “por suas ações desestabilizadoras”; reforçar a presença e capacidade militar estadunidense; promover o trabalho conjunto dos países do Sudeste Asiático envolvidos; reforçar a ASEAN e as relações ASEAN-EUA, bem como promover a união e centralidade da organização.

Sob a perspectiva dos chineses, essa atitude é sublinhada pela pretensão estadunidense de utilizar-se das tensões regionais para conter os avanços da China enquanto mantém a sua própria força na região. De acordo com Shulong (2014), as ações dos EUA, desde o discurso citado anteriormente da secretária de Estado, Hillary Clinton, proferido em Hanoi, Vietnam, em 2010, têm sido vistas pela maioria dos chineses como desnecessárias e pouco razoáveis, pois as questões no Mar do Sul da China estariam, segundo eles, estáveis desde o acordo alcançado em conjunto com a ASEAN em 2002.

Não obstante, a maneira mais “assertiva” de lidar com o assunto apresentada pelos EUA a partir de 2010 teria sido motivada pelo pedido de alguns países – a saber, Filipinas e Vietnam os principais contendores junto à China – de que algo fosse feito contra recentes ações chinesas de sabotagem a infraestrutura e a alguns grupos de pescadores, como afirma Shulong (2014). O autor diz, contudo, que incidentes do tipo não são nada incomuns, por resultarem, naturalmente, da natureza em disputa das águas da região, pelo que haveria, por parte da China, suficientes motivos para suspeitarem da posição estadunidense. Esta suspeita se transformou em indignação e gerou uma forte reação diplomática quando, em 2015, um navio militar dos EUA navegou sobre uma zona reivindicada pela China, próxima de uma ilha artificial construída por esta, sob a alegação da realização de uma *Operação de Liberdade de Navegação*³³.

O contencioso entre a China e os EUA e aliados traz à tona aspectos mais profundos da natureza das relações entre as duas grandes potências. Assim, por um lado, as ações da superpotência norte-americana podem, claramente, ser pensadas sob a luz do Realismo Ofensivo de John Mearsheimer, segundo o qual *o único detentor da*

³²Ver site: <<http://thediplomat.com/2015/07/south-china-sea-philippines-v-china/>>

³³Ver: <<http://www.state.gov/e/oes/ocns/opa/maritimesecurity/>>

hegemonia regional, os EUA, buscaria evitar, por meio do balanceamento, o surgimento de outro hegêmona regional, pelo que a China, *potencial hegêmona regional* na “multipolaridade desequilibrada”³⁴ da Ásia, constituiria em uma ameaça à sua preponderância na balança de poder global. Além do mais, esse mesmo princípio elucidaria não apenas a intransigência chinesa ao não abrir mão de suas vastas pretensões territoriais sobre o Mar do Sul da China, como a forte reação às movimentações militares dos EUA nesta zona, que são vistas como uma afronta à sua crescente projeção regional de poder³⁵.

É preciso frisar, no entanto, a afirmação de Shulong (2014) sobre um aparente paradoxo nas relações sino-estadunidenses, que não pode ser desconsiderado. Apesar destes dois Estados estarem se mostrando cada vez mais confrontacionistas um respeito ao outro – especialmente no que tange ao Mar do Sul da China, epicentro das tensões bilaterais – a tendência geral não é de conflito, mas de uma relação complexa, porém sólida e abrangente, que não dependerá de apenas um âmbito, mas será – cada vez mais – multidimensional.

4. Considerações Finais

No decorrer deste trabalho, buscou-se apontar as motivações subjacentes ao conflito que, tendo sua origem em disputas territoriais de longa data no Mar do Sul da China, entre esta e seus vizinhos do Sudeste Asiático (Vietnã, Filipinas, Malásia e Brunei), configura-se, hoje, como sendo o principal ponto de tensão nas relações entre a potência chinesa e os Estados Unidos da América, aliados dos demais contendentes. Em um primeiro plano, apontaram-se os interesses chineses quanto as suas pretensões territoriais, sendo a zona em disputa muito rica em recursos energéticos e uma valiosa fonte de recursos pesqueiros. Além da exploração dos potenciais econômicos dessas águas, a China tem reafirmado ali sua presença militar, realizando, dessa maneira, demonstrações de seu crescente poderio. Há, ainda, outra razão alegada pela China na justificativa de suas fortes posições quanto ao tema, a de garantir segurança das rotas de transporte e comércio da zona – que, vale ressaltar, recebe ao menos um terço de todo o comércio mundial.

Os EUA, por outro lado, em defesa de sua posição (em risco) como principal potência marítima do Pacífico, busca contrapor o avanço chinês por meio de artifícios discursivos, bem como militares, alegando, entre outras razões, estar defendendo os interesses de seus aliados da região – perante os quais perderia credibilidade caso não reagisse à China. É a partir desses fatos que se desenvolveu recentemente uma séria crise diplomática, após um navio militar estadunidense ter-se movimentado por águas alegadamente chinesas, próximas a uma ilha artificial construída pela China como base militar marítima. À luz do Realismo Ofensivo, torna-se possível estabelecer alguns apontamentos que permitem, de certa forma, ver a *estrutura* transparecer na *conjuntura*. Isto é, os EUA, sendo a única potência do globo detentora de hegemonia regional, procura, de forma a manter seu poder, evitar a todo custo o surgimento de outro *hegêmona* regional. Isto é feito buscando manter estáveis as balanças regionais de poder. A tensão surge quando há, em uma região, uma situação em que um potencial hegêmona regional passa a ser preponderante sobre as outras potências da região. Tal é

³⁴Ver discussão em: Diniz (2007, p. 93)

³⁵O mesmo autor aborda especificamente a questão da ascensão chinesa sob a ótica de sua teoria. Ver: MEARSHEIMER, John (2004). Can China Rise Peacefully? Disponível em: <<http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/A0034b.pdf>>

a situação no Mar do Sul da China, em que, de acordo com as prescrições dos realistas ofensivos para a manutenção do poder, faz-se necessário aos EUA conter a influência da China. Da mesma forma ela, em vias de obter capacidade suficiente para tornar-se hegemônica em sua região, buscará afirmar e reafirmar seu poderio sobre sua própria região, recusando, em primeiro lugar, qualquer tipo de ingerência externa em seu entorno.

É difícil prever um desfecho para a situação aludida neste artigo, entretanto alguns apontamentos futuros são possíveis. Em relação ao conflito do Mar do Sul da China em si, o papel da ASEAN se faz fundamental em como os países da região se manifestarão e se articularão frente aos riscos decorrentes do contencioso. Em uma dualidade estratégica, os países da ASEAN se vêem como divididos entre uma passividade frente a presença estadunidense na região para equilibrar o poderio chinês que se alarga; enquanto, na mesma medida, temem uma possível expansão demasiada dos Estados Unidos e de toda a sua capacidade naval e militar. No que tange o tensionamento das relações entre a China e os Estados Unidos, dois pontos devem ser levados em consideração: a ascensão real da Ásia como polo de poder e seu respectivo peso para o equilíbrio internacional; e a corrida eleitoral estadunidense – que ocorre enquanto este artigo é finalizado.

Os direcionamentos da Ásia e, mais enfaticamente, o da China, são variáveis essenciais para se pensar nas formatações do sistema internacional e os respectivos rumos do próprio modo de produção capitalista. O dinamismo regional asiático, em contraste com o potencial declínio dos Estados Unidos, cria uma situação clássica do jogo das Relações Internacionais, na qual o império em declínio tenta usar de todos os artifícios possíveis para barrar o acúmulo de poder do seu oponente, sejam eles materiais (*Hard Power*) ou ideológicos (*Soft Power*). Desta feita, cabe a certeza de que a Ásia e, conseqüentemente, o Pacífico, se tornarão cada vez mais o ponto cardeal da política externa estadunidense; o modo como este fato se articulará depende do segundo ponto desta conclusão.

O respectivo futuro presidente e, conseqüentemente, comandante-em-chefe das forças armadas estadunidenses serão vitais para o processo que desenrola no conflito do Mar do Sul da China. Quando analisados os principais nomes ao cargo - Hillary Clinton e Donald Trump - observa-se uma ideia de política externa muito destoante entre eles, tendo em vista que Hillary, como já aludido neste trabalho, possui ambições mais intervencionistas e expansionistas no que tange a presença dos Estados Unidos no sistema internacional (tal como quando era Secretária de Estado); enquanto Trump, por sua vez, propõe questões que se preocupam mais com o continente americano, afastando a ideia de uma intervenção global pelo país e inclusive criticando algumas atitudes estadunidenses no Oriente Médio. Resta agora acompanhar de perto as sucessões de eventos do objeto de estudo aqui proposto e os conseqüentes impactos desta disputa entre os dois maiores protagonistas da sociedade internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. **Caos e governabilidade no modernosistemamundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.

BADER, Jeffer; LIEBERTHAL, Kenneth; McDEVITT, Michael. **Keepingthe South China Sea in perspective**. The ForeignPolicyBriefBrookings. 2014.

BIJIAN, Zheng. **China's "Peaceful Rise" to Great-Power Status**. Foreign Affairs. 2005. VADELL, 2014.

CHUBB, Andrew. **The South China Sea: Defining the "Status Quo**. The Diplomat. 2015. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2015/06/the-south-china-sea-defining-the-status-quo/>> Acesso em 08 de maio de 2016.

CINTRA, Marcos AntônioMacedo; PINTO, Eduardo Costa. **China emtransformação: transição e estratégias de desenvolvimento**. Universidade Federal Rio de Janeiro. 2015.

DANG, Vu Hai. **Disputes between Vietnam and China in the South China Sea: A Legal Analysis**. Perspectives onthe South China Sea: Diplomatic, Legal, and Security Dimensionsofthe Dispute, Center for Strategic&InternationalStudies (CSIS), September, 2014.

DONG, Wang. **Is China trying to push the US out of East Asia?** China Quarterly of International Strategic Studies, Vol.1, No. 1, 59-84.

DINIZ, Eugenio. **Política Internacional: Guia de estudos das abordagens realistas e da balança de poder**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2007.

FIORI, José Luis. **A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul**. In: Oikos, v.6, n.2, 2007.

FUKUYAMA, Francis. **The EndofHistoryandtheLast Man**. Nova York: Free Press, 1992.

GLASER, Bonnie S. **Armed Clash in the South China Sea. Contingency Planning Memorandum no 14**. Council on Foreign Relations. Center for Preventive Action. 2012.

GLASER, Bonnie. **U.S. StrategySeekstoCalmtheRoiled Waters ofthe South China Sea**. Perspectives onthe South China Sea: Diplomatic, Legal, and Security Dimensionsofthe Dispute, Center for Strategic&InternationalStudies (CSIS), September, 2014.

JIEMIAN, Yang. **China's "New Diplomacy" under the Xi Jinping administration**. China Quarterly of International Strategic Studies, Vol.1, No. 1, 1-17. 2015.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. EditoraObjetiva Ltda. Rio de Janeiro. 2011.

KOSANDI, Meidi. **Conflicts in the South China Sea and China-ASEAN Economic Interdependence: A Challenge to Cooperation.** ASEAN-Canada Working Paper Series no. 7, Singapore: RSIS Centre for Non-Traditional Security (NTS) Studies, 2014.

LEE, Sook-Jong; CHUN, Chaesung; SUH, Hyejung; THOMSEN, Patrick. **Middle Power in Action: The evolving nature of diplomacy in the multilateralism.** East Asia Institute. 2015.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – das rebeliões na eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

PAUTASSO, Diego. **China e Rússia e a integração asiática: O sistema sinocêntrico como parte da transição sistêmica.** Revista Conjuntura Austral, v.2, n.5. Porto Alegre. 2011.

PINOTTI, Talita. **As Relações entre China e Vietnã no Mar do Sul da China: Perspectiva Asiática de Análise.** Dissertação de Mestrado. UFRGS: 2015.

PINTO, Paulo. **China: a Ascensão Pacífica da Ásia Oriental.** In: Revista Brasileira de Política Internacional 48(2), 70-85, 2005.

REUTERS. **Hillary diz que este será o “século da América no Pacífico”.** 2011. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/topNews/idBRSPE7AA02I20111111>>. Acesso em 15 de abril de 2016.

SCHOFIELD, Clive; STOREY, Ian James. **The South China Sea Dispute: Increasing Stakes and Rising Tensions.** Washington: The Jamestown Foundation, 2009.

SHAMABAUGH, David. **China Goes Global. The Partial Power.** Oxford University Press. Nova York. 2011.

SHULONG, Chu. **China's View on U.S. Policy in the South China Sea.** Perspectives on the South China Sea: Diplomatic, Legal, and Security Dimensions of the Dispute, Center for Strategic & International Studies (CSIS), September, 2014.

TODD, Emmanuel. **Depois do Império.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As relações diplomáticas da Ásia. Articulações regionais e afirmação mundial.** Editora Fino Traço. Belo Horizonte. 2012.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Ásia no sistema internacional e a China como pivô.** Conjuntura Internacional, v.11, no. 1, p.83-91, Belo Horizonte. 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Declínio do Poder Americano: os Estados Unidos em um mundo caótico.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

WHITE HOUSE. **National Security Strategy**. May 2010. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf>. Acesso em 23 de abril de 2016.

ZHAO, Suisheng. **Chinese Foreign Policy. Pragmatism and Strategic Behavior**. East Gate. Nova York. 2004.